



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 915351 - SP (2016/0117994-9)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : TRANSBRASIL S/A LINHAS AÉREAS**  
**ADVOGADOS : ROBERTO TEIXEIRA - SP022823**  
**CRISTIANO ZANIN MARTINS - SP172730**  
**AGRAVADO : AERCAP IRELAND LIMITED**  
**ADVOGADOS : ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES PAES JUNIOR E OUTRO(S) -**  
**SP229614**  
**CAROLINA GUERRA SARTI - SP272414**

### **EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC/73. NÃO CONFIGURADO. ART. 265, IV, DO CPC/73. PREJUDICIALIDADE EXTERNA. NÃO CONFIGURADA. SUSPENSÃO DO PROCESSO PELO PRAZO MÁXIMO DE 1 ANO. ART. 265, § 5º, DO CPC/73. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

### **DECISÃO**

AERCAP IRELAND LIMITED (AERCAP) ajuizou execução contra a TRANSBRASIL S.A. LINHAS AÉREAS (TRANSBRASIL - FALIDA) pretendendo o recebimento da nota promissória no valor de R\$ 1.853.243,79 (um milhão, oitocentos e cinquenta e três mil duzentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos).

A TRANSBRASIL - FALIDA ajuizou ação declaratória contra a AERCAP e empresas do Grupo General Eletric que foi julgada procedente, tendo sido declarada a nulidade da nota promissória executada.

A execução ajuizada foi extinta, tendo sido fixados os honorários de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Então, TRANSBRASIL - FALIDA iniciou a fase de execução provisória do julgado.

AERCAP apresentou embargos à execução alegando a ilegitimidade ativa da TRANSBRASIL - FALIDA, bem como o pedido de suspensão até o julgamento do Resp nº 1.286.704/SP.

Este pedido foi acolhido pelo Juiz de primeiro grau.

Contra essa decisão, a TRANSBRASIL - FALIDA interpôs agravo de instrumento que foi desprovido em acórdão de relatoria do Desembargador JOSÉ MARCOS MARRONE, assim ementado:

*Sucumbência Honorários advocatícios Execução provisória Determinação de suspensão da execução provisória dos honorários advocatícios sucumbenciais Cabimento Nota promissória objeto da execução originária declarada inexigível na ação de conhecimento, de cunho declaratório e condenatório, proposta pela agravante Ocorrência da prejudicialidade externa Art. 265, IV, "a", do CPC Mantida a suspensão de qualquer execução envolvendo a nota promissória ventilada na ação de conhecimento. Sucumbência Honorários advocatícios Execução provisória Suspensão da execução provisória dos honorários advocatícios sucumbenciais Questão não apreciada nos anteriores agravos de instrumento interpostos pelas partes Preclusão não operada - Agravo desprovido (e-STJ, fl. 299).*

Os embargos de declaração opostos pela TRANSBRASIL - FALIDA foram rejeitados (e-STJ, fls. 300/333).

Irresignada, a TRANSBRASIL - FALIDA interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, a, da CF sustentando a violação dos arts. **(1)** 535, II, do CPC/73 porque é incontroverso a extinção da execução, inclusive, pelo STJ, em virtude do julgamento da ação declaratória; **(2)** 471, do CPC/73 porque no agravo de instrumento nº 0085111-11.2007.8.26.0000 foi determinada a extinção da execução originária proposta pela AERCAP, não sendo devida a suspensão da execução dos honorários advocatícios em virtude da impossibilidade do juiz decidir novamente questões já decididas; e **(3)** 265, IV, a, do CPC/73 ausência de prejudicialidade porque o processo somente pode ser suspenso quando depender do julgamento de outra demanda e, no máximo por 1 ano; que a pendência do julgamento dos recursos especial ou extraordinário não possuem efeito suspensivo (e-STJ, fls. 336/386).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 389/408).

O apelo nobre não foi admitido em virtude da (i) ausência de ofensa ao art. 535, II, do CPC/73 e (ii) não demonstração das ofensas aos artigos arrolados (e-STJ, fls. 410/411).

Nas razões deste agravo em recurso especial, TRANSBRASIL - FALIDA afirmou (i) a demonstração de violação do art. 535, do CPC/73 em virtude da omissão

do TJ/SP quando ao julgamento do agravo de instrumento nº 0085111-11.2007.8.26.0000, (ii) efetiva contrariedade ao art. 471, do CPC/73 porque no julgamento do agravo, já citado, foi determinada a extinção da execução; e (iii) a demonstração de ausência de prejudicialidade, nos termos do art. 265, IV, do CPC/73 (e-STJ, fls. 413/437).

Foi apresentada a contraminuta (e-STJ, fls. 436/459).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPD, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

#### Do agravo em recurso especial

O apelo nobre não foi admitido em virtude da (i) ausência de ofensa ao art. 535, II, do CPC/73 e (ii) não demonstração das ofensas aos artigos arrolados.

Nas razões deste agravo em recurso especial, TRANSBRASIL - FALIDA afirmou (i) a demonstração de violação do art. 535, do CPC/73 em virtude da omissão do TJ/SP quando ao julgamento do agravo de instrumento nº 0085111-11.2007.8.26.0000, (ii) efetiva contrariedade ao art. 471, do CPC/73 porque no julgamento do agravo, já citado, foi determinada a extinção da execução; e (iii) a demonstração de ausência de prejudicialidade, nos termos do art. 265, IV, do CPC/73.

Assim, porque impugnados os fundamentos da decisão agravada, **CONHEÇO** do agravo e passo ao julgamento do recurso especial às e-STJ, fls. 336/386.

#### Do recurso especial

O recurso merece parcial provimento.

**(1) Da ausência de violação do art. 535, do CPC/73**

TRANSBRASIL - FALIDA sustentou a violação do art. 535, II, do CPC/73 porque é incontroverso a extinção da execução, inclusive, pelo STJ, em virtude do julgamento da ação declaratória.

Contudo, verifica-se que o TJ/SP, não obstante a rejeição dos aclaratórios, se pronunciou sobre os temas consignando (i) o acórdão proferido na ação declaratória, não transitou em julgado e (ii) o acórdão que decretou a falência da TRANBRASIL, também não transitou em julgado; e (iii) há prejudicialidade externa , nos termos do art. 265, IV, a, do CPC/73, confira-se:

*Esta Câmara, ao negar provimento ao agravo de instrumento interposto pela embargante, apreciou toda a matéria exposta nas razões recursais (fls.1/14 dos autos do agravo de instrumento), tendo dado correta solução à lide (fls. 298/301).Constou, expressamente, do voto condutor que:“A nota promissória objeto da execução originária, no valor nominal de US\$ 682.223,13 (fl. 43), foi declarada inexigível na ação de conhecimento, de cunho declaratório e condenatório (fl. 111), proposta pela agravante, 'Transbrasil S.A. Linhas Aéreas', em face de 'General Eletric Capital Corporation', 'Alcyone FSC Corporation', 'Airplanes Holdings Limited', 'Aviations Financial Services Inc', 'Aerfi Leasing USA II. Inc.' e 'Aerfi Group PLC' (fls. 60/61).*

*Todavia, o acórdão proferido na apelação interposta da sentença prolatada naquela ação, Apnº 9292679-04.2008.8.26.0000, ainda não transitou em julgado,pendendo de julgamento 'Embargos de Divergência em Recurso Especial' perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça.Ademais, o acórdão que decretou a falência da agravante 'Transbrasil S.A. Linhas Aéreas' também não transitou em julgado, pendendo de julgamento 'Agravo em Recurso Especial' perante a referida corte superior.Prudente, assim, determinar-se a suspensão de qualquer execução envolvendo a nota promissória objeto da ação de conhecimento, inclusive a execução dos respectivos honorários advocatícios, reconhecendo-se a chamada'prejudicialidade externa', com base no art. 265, inciso IV,letra 'a', do CPC.Note-se que o acórdão que manteve o decreto de extinção da execução originária também não transitou em julgado,pendendo de julgamento 'Agravo em Recurso Especial'perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça [...] (e-STJ, fls. 331/332).*

Assim, inexistem os vícios elencados no art. 1.022 do NCPC, sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal ostenta caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já foi analisada.

A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO,**

CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. PEDIDO CERTO. SENTENÇA ILÍQUIDA. RELEGAÇÃO DAS COMPROVAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS À FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Ação de reparação de danos materiais e compensação de danos morais, em virtude da aquisição de veículo usado e que, logo após a compra, apresentou diversos vícios que impediam seu pleno uso.

2. Ação ajuizada em 16/09/2017. Recurso especial concluso ao gabinete em 23/08/2019. Julgamento: CPC/2015.

3. O propósito recursal, a par de analisar acerca da ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, é definir se é possível relegar à fase de cumprimento de sentença a efetiva comprovação do valor gasto com o conserto do veículo (danos materiais).

4. Não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489, § 1º, V, do CPC/2015.

[...]

14. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido.

(REsp 1.837.436/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 10/3/2020, DJe 12/3/2020)

Afasta-se, portanto, a alegada violação.

## **(2) e (3) Da suspensão da execução provisória dos honorários advocatícios**

A TRANSBRASIL - FALIDA alegou a negativa de vigência do art. 471, do CPC/73 porque no agravo de instrumento nº 0085111-11.2007.8.26.0000 foi determinada a extinção da execução originária proposta pela AERCAP, não sendo devida a suspensão da execução dos honorários advocatícios em virtude da impossibilidade do juiz decidir novamente questões já decididas. Aduziu que nos termos do art. 265, IV, a, do CPC/73, não há prejudicialidade porque o processo somente pode ser suspenso quando depender do julgamento de outra demanda e, no máximo por 1 ano; que a pendência do julgamento dos recursos especial ou extraordinário não possuem efeito suspensivo.

O TJ/SP consignou no acórdão que (i) acórdão proferido na apelação interposta da sentença prolatada naquela ação. Ap nº 9292679-04.2008.8.26.0000, ainda não transitou em julgado, pendendo de julgamento “Embargos de Divergência em Recurso Especial” perante o STJ e (ii) o acórdão que decretou a falência da agravante “Transbrasil S.A. Linhas Aéreas” também não transitou em julgado, pendendo de julgamento “Agravo em Recurso Especial” perante a referida corte

superior, in verbis:

*2.1. A nota promissória objeto da execução originária, no valor nominal de US\$ 682.223,13 (fl. 43), foi declarada inexigível na ação de conhecimento, de cunho declaratório e condenatório (fl. 111), proposta pela agravante, “Transbrasil S.A.Linhas Aéreas”, em face de “General Eletric Capital Corporation”, “Alcyone FSC Corporation”, “Airplanes Holdings Limited”, “Aviations Financial Services Inc”, “AerfiLeasing USA II. Inc.” e “Aerfi Group PLC” (fls. 60/61).*

*Todavia, o acórdão proferido na apelação interposta da sentença prolatada naquela ação, Ap nº 9292679-04.2008.8.26.0000, ainda não transitou em julgado, pendendo de julgamento “Embargos de Divergência em Recurso Especial” perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça.*

*Ademais, o acórdão que decretou a falência da agravante “Transbrasil S.A. Linhas Aéreas” também não transitou em julgado, pendendo de julgamento “Agravo em Recurso Especial” perante a referida corte superior.*

*Prudente, assim, determinar-se a suspensão de qualquer execução envolvendo a nota promissória objeto da ação de conhecimento, inclusive a execução dos respectivos honorários advocatícios, reconhecendo-se a chamada “prejudicialidade externa”, com base no art. 265, inciso IV, letra “a”, do CPC.*

*Note-se que o acórdão que manteve o decreto de extinção da execução originária também não transitou em julgado, pendendo de julgamento “Agravo em Recurso Especial” perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça [...] (e-STJ, fl. 300).*

O acórdão recorrido encontra-se em dissonância com o entendimento desta Corte porque, ainda que se admitisse a prejudicialidade do pedido de execução provisória dos honorários advocatícios com as ações indicadas, consoante o art. 265, § 5º, do CPC/73, nos casos enumerados nas letras a, b e c do no IV, o período de suspensão nunca poderá exceder 1 (um) ano.

Assim, findo este prazo, o juiz mandará prosseguir no processo (AgRg no REsp 1.367.316/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 4/10/2013).

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO E DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE ADVERSA PARA DETERMINAR O PROCESSAMENTO DA AÇÃO ORDINÁRIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS AGRAVANTES.**

**1. A regra prevista no art. 265, §5º, do CPC/73 (art. 313, § 4º, do CPC/15) não deve ser flexibilizada e, uma vez constatada a prejudicialidade externa, a suspensão do processo não pode ultrapassar o prazo de um ano. Precedentes.**

**2. Agravo interno desprovido.**

(Aglnt no AREsp 1.144.248/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 27/5/2019, DJe 30/5/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL.  
SUSPENSÃO DO PROCESSO. ART. 265, § 5º, DO CPC/1973.  
PREJUDICIALIDADE EXTERNA. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Em situações excepcionais, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça tem afastado o rigor da norma contida no art. 265, § 5º, do Código de Processo Civil/1973 de modo a permitir a flexibilização do prazo máximo de suspensão do processo enquanto se aguarda o julgamento de outra causa com relação de prejudicialidade.

2. Inexistindo relação de prejudicialidade externa entre as demandas, não se admite a pretendida suspensão do processo com fundamento no art. 265, IV, "a", do CPC/1973 e, menos ainda, a prorrogação do prazo de suspensão, mesmo que equivocadamente determinada.

3. Hipótese, ademais, em que o pedido de dilação do prazo de suspensão do processo de execução foi objeto de incontáveis incidentes apresentados na origem, a evidenciar a preclusão da matéria.

4. Considera-se deficiente a fundamentação recursal quando o dispositivo legal indicado como malferido não possui comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, tampouco para sustentar a tese defendida pela parte recorrente. Incidência, por analogia, do óbice contido na Súmula nº 284/STF.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.010.223/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 13/6/2017, DJe 28/6/2017)

O acórdão deve ser reformado quanto ao ponto, sendo devido o prosseguimento da execução provisória dos honorários advocatícios.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo e **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso especial, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intime-se.

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator